TÍTULO I

CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO
CAPÍTULO II - DA JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO III – DOS OBJETIVOS

TÍTULO II

CAPÍTULO I – DA REALIZAÇÃO
CAPÍTULO II – DAS RESPONSABILIDADES

TÍTULO III

CAPÍTULO I – DOS PODERES

TÍTULO IV

CAPÍTULO I – PERÍODO DE REALIZAÇÃO
CAPÍTULO II – DAS MODALIDADES ESPORTIVAS

TÍTULO V

CAPÍTULO I – DA COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES
CAPÍTULO II – DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO
CAPÍTULO III – DOS PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO
CAPÍTULO IV – DO CONGRESSO TÉCNICO GERAL
CAPÍTULO V – DA CERIMÔNIA DE ABERTURA
CAPÍTULO VI – DAS REUNIÕES TÉCNICAS
CAPÍTULO VII - DO CALENDÁRIO OFICIAL
CAPÍTULO VIII – DO SISTEMA DE COMPETIÇÃO

SEÇÃO I – DAS MODALIDADES INDIVIDUAIS
SEÇÃO II – DAS MODALIDADES COLETIVAS

ITEM I – DAS FORMAS DE DISPUTAS
ITEM II – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO
ITEM III – DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS
ITEM IV – DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

SEÇÃO III – DOS JOGOS, PROVAS, COMBATES E APRESENTAÇÕES

CAPÍTULO IX – DA PREMIAÇÃO
CAPÍTULO X – DA ARBITRAGEM
CAPÍTULO XI – DOS UNIFORMES
CAPÍTULO XII – DOS BOLETINS

TÍTULO VI

CAPÍTULO I – DO ATENDIMENTO MÉDICO

TÍTULO VII

CAPÍTULO I – DA COMISSÃO DISCIPLINAR ESPECIAL
CAPÍTULO II – DOS PROTESTOS

TÍTULO VIII

CAPÍTULO I – DA CESSÃO DE DIREITOS

TÍTULO IX

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES

TÍTULO I

CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO

Art. 1º. O presente Regulamento Geral visa determinar as diretrizes gerais técnicas dos JOGOS ESCOLARES DE PALMAS 2013, especificando as regras que norteiam as modalidades esportivas contempladas no evento, e promover a ampla mobilização da classe estudantil do Município de Palmas em torno do esporte.

CAPÍTULO II – DA JUSTIFICATIVA

Art. 2º. Difundir e reforçar as ações da educação por meio da prática esportiva escolar, adequando o presente Regulamento dos Jogos Escolares de Palmas ao Regulamento Geral dos Jogos Escolares da Juventude, proporcionando as instituições de ensino a normatizarem suas ações de organização e nível técnico para futuras participações em eventos de grande porte sem nenhum tipo de discriminação e em igualdade de condições, buscando ainda a construção do espírito de compreensão mútua, fraternidade, solidariedade, cultura da paz e fair-play.

CAPÍTULO III – DOS OBJETIVOS

Art. 3º. Os JOGOS ESCOLARES DE PALMAS 2013 têm por objetivos:

- a) Fomentar a prática do esporte escolar com fins educativos;
- b) Possibilitar a identificação de talentos desportivos nas instituições de ensino;
- c) Desenvolver o intercâmbio sócio-cultural e desportivo entre os participantes;
- d) Contribuir para com o desenvolvimento integral do aluno-atleta como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania por meio do esporte;
- e) Garantir o conhecimento do esporte de modo a oferecer, mais oportunidade de acesso à prática do esporte escolar aos alunos-atletas.

TÍTULO II

CAPÍTULO I – DA REALIZAÇÃO

Art. 4º. OS JOGOS ESCOLARES DE PALMAS 2013 é uma realização da PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, sendo considerada etapa seletiva do município de Palmas – TO para a ETAPA INTER-REGIONAL dos JOGOS ESCOLARES DO TOCANTINS 2013, onde serão selecionadas as equipes/alunos-atletas para a etapa seguinte, Estadual ou Nacional.

CAPÍTULO II – DAS RESPONSABILIDADES

Art. 5º. Da Secretaria Municipal da Educação:

- a) Indicar o diretor geral e diretor técnico dos Jogos Escolares de Palmas 2013;
- b) Elaborar o Regulamento Geral dos Jogos Escolares de Palmas 2013 e aprovar em conjunto com a Divisão de Educação Física Escolar e Diretoria de Ensino Fundamental o Regulamento Específico das modalidades, bem como as diretrizes gerais técnicas de execução das mesmas;
- c) Deliberar sobre a participação das instituições de ensino nos Jogos Escolares de Palmas 2013;
- d) Inspeccionar e aprovar os locais e instalações a serem utilizadas durante a competição;
- e) Elaborar o plano de necessidades dos recursos destinados às competições no aspecto técnico operacional;
- f) Solicitar junto as federações esportivas das modalidades participantes a indicação de seus representantes para compor a coordenação técnica e equipe de arbitragem das respectivas modalidades respeitando os critérios estabelecidos pela SEMED;
- g) Providenciar, juntamente com as federações das modalidades participantes, o material técnico de cada modalidade esportiva;
- h) Elaborar a programação esportiva, a apuração dos resultados e a elaboração dos boletins técnicos e administrativos oficiais;
- i) Providenciar a montagem de instalações esportivas e não esportivas e transporte interno para as equipes da rede municipal de ensino;
- j) Supervisionar permanentemente a execução do projeto de organização do evento, a execução das ações promocionais e o planejamento e execução da cerimônia de abertura;

k) Responsabilizar-se com o pagamento das seguintes despesas e outras equipes de apoio envolvidas no evento:

k.1) Premiação (troféus e medalhas) relativas ao evento;

k.2) Materiais promocionais dos eventos (impressos, camisetas, banners, *backdrops* e outros);

k.3) Serviços prestados pelos árbitros envolvidas nos eventos, coordenadores de modalidades e equipes de apoio necessárias aos eventos;

k.4) Fornecimento de água e gelo para consumo durante os jogos, provas, apresentações ou combates quando nas instalações que serão realizadas os eventos não dispuserem de bebedouros ou oferecimento desse serviço;

k.5) Outros serviços necessários à realização dos eventos.

l) Responsabilizar-se em prestar contas dentro do prazo legal;

m) Aprovar as inscrições dos participantes dos Jogos Escolares de Palmas 2013 realizadas pelas entidades participantes.

Art. 6º. À SEMED caberá:

a) Apoiar a realização do evento fazendo os contatos com os outros entes públicos e privados responsáveis pelas áreas de esporte, saúde, turismo, trânsito, infraestrutura, cultura, segurança e meio ambiente;

b) Estimular a participação das instituições de ensino públicas e particulares de ensino regular, fazendo uso dos meios de divulgação ao seu alcance;

c) Buscar e fomentar o envolvimento dos órgãos competentes do Município, no que se refere à viabilização das estruturas físicas e meios materiais necessários à realização das competições esportivas;

d) Auxiliar, dentro de suas possibilidades a equipe de arbitragem nos eventos;

e) Realizar o Congresso Técnico e elaborar as Tabelas dos Jogos;

f) Acompanhar e supervisionar as ações dos árbitros e coordenadores de modalidades participantes nas diversas competições durante a realização dos Jogos Escolares de Palmas.

Art. 7º. A instituição de ensino onde serão realizadas as competições:

a) Providenciar, adequar e organizar as estruturas físicas e de materiais necessários para realização dos eventos;

Art. 8º. A instituição participante caberá:

a) Providenciar, dentro de suas possibilidades e a seu critério, o transporte de suas equipes aos locais dos eventos;

b) Providenciar, obrigatoriamente, responsáveis para acompanhamento de suas equipes aos locais dos eventos, como também a disciplina e conservação das instalações esportivas dos eventos.

c) Cumprir com todas as exigências estabelecidas pelo Regulamento Geral dos Jogos Escolares de Palmas 2013.

TÍTULO III

CAPÍTULO I – DOS PODERES

Art. 9º. Nos Jogos Escolares de Palmas 2013 serão reconhecidos os seguintes poderes:

a) Comissão de Honra:

A Comissão de Honra dos Jogos Escolares de Palmas 2013 será composta, pelo Prefeito de Palmas, pela Secretária Municipal da Educação, pelo Secretário Municipal de Governo, Presidente da Fundação de Esporte e Lazer e pelos Diretores das Unidades Escolares.

b) Comissão Geral:

A Comissão Geral dos Jogos Escolares de Palmas 2013 será composta, pelo Diretor Geral e Diretor Técnico.

Compete ao Diretor Geral:

I – A supervisão do plano de execução dos Jogos Escolares de Palmas 2013;

- II – A determinação de prazos de apresentação dos respectivos planejamentos;
- III – A proposição de medidas complementares para o bom desempenho das ações de execução dos Jogos Escolares de Palmas 2013;
- IV – A indicação e supervisão dos responsáveis pela Direção Técnica, Comissão Disciplinar, Setorial de Finanças e pela Assessoria de Imprensa do evento;
- V – O recebimento e distribuição de documentos (protocolo);
- VI – Recebimento e exame da documentação de inscrição das equipes;
- VII – Compilação de relatórios das áreas da Comissão Central Organizadora;
- VIII – Compilação e distribuição de boletins informativos da competição;
- IX – Previsão orçamentária do evento;
- X – A definição de fornecedores e prestadores de serviços;
- XI – A supervisão de compras e pagamentos, bem como de atividades de imprensa do evento;
- XII – A elaboração de relatórios;
- XIII – A disponibilização de dados das equipes e dos alunos-atletas para fins jornalísticos;
- XIV – O fornecimento de material para manter o site oficial dos Jogos Escolares de Palmas 2013 atualizado com os resultados e informações da competição;
- XV – A elaboração e disponibilização de “releases” das competições;
- XVI – A resolução de casos omissos no Regulamento Geral da competição.

Compete ao Diretor Técnico:

- I – A elaboração das tabelas das competições, designando datas, horários e locais de partidas;
- II – As providências de ordem técnica, necessárias à organização das competições, bem como aquelas pertinentes aos eventos realizados, à vista das súmulas, dos relatórios dos árbitros e dos relatórios dos delegados, nos prazos da lei, conforme legislação vigente;
- III – O encaminhamento de expediente com o seu parecer ao Diretor Geral, objetivando sua decisão sobre os pedidos das unidades escolares, participantes das competições, para no curso destas modificarem tabelas pelos diversos motivos surgidos extraordinariamente;
- IV – A escalação dos delegados de quadra;
- V – O suporte técnico para realização das competições;
- VI – A realização do Congresso Técnico e das Reuniões Técnicas;
- VII – O encaminhamento para apreciação e julgamento da Comissão Disciplinar das faltas disciplinares ocorridas na competição, por qualquer envolvido;
- VIII – A supervisão de confecção de Boletim Oficial;
- IX – A realização de reuniões com os árbitros para orientações sobre o processo disciplinar e suas implicações para garantir a uniformidade das arbitragens;

c) Comissão Central Organizadora:

A Comissão Central Organizadora dos Jogos Escolares de Palmas 2013 será composto por representantes da Secretaria Municipal da Educação, Diretor Geral e Diretor Técnico.

d) Comissão Disciplinar Especial:

A Comissão Disciplinar Especial será nomeada de acordo com as disposições do Código Nacional de Organização da Justiça e Disciplina Desportiva (CNOJDD).

Compete à Comissão Disciplinar:

- I – Analisar e julgar protestos e atos de participantes contra o Regulamento Geral dos Jogos Escolares de Palmas 2013, a ordem e a disciplina;
- II – Aplicar penas disciplinares, que poderá ser de **advertência por escrito** até o **desligamento** da competição, às pessoas inscritas e com responsabilidades definidas no evento, após analisados e julgados os processos, se assim for o resultado;
- III – Encaminhar as escolas e/ou demais órgãos responsáveis, decisões disciplinares emanadas nos eventos para providências cabíveis a alunos e funcionários de responsabilidades definidas.

TÍTULO IV

CAPÍTULO I - PERÍODO DE REALIZAÇÃO

Art. 10. Os Jogos Escolares de Palmas 2013 iniciarão dia 29 de abril, com data prevista para o encerramento dia 13 de junho de 2013.

CAPÍTULO II – DAS MODALIDADES ESPORTIVAS

Art. 11. As modalidades que serão disputadas nos Jogos Escolares de Palmas 2013 serão as seguintes:

Parágrafo Primeiro: Modalidades Individuais: Atletismo, Badminton, Judô, Karatê, Mini-Maratona, Natação, Tênis, Tênis de Mesa, Tiro com Arco, Vôlei de Praia e Xadrez nos gêneros masculino e feminino e Ginástica Rítmica somente no gênero feminino.

Parágrafo Segundo: Modalidades Coletivas: Basquetebol, Beach Soccer, Futsal, Futebol 7 Society, Handebol e Voleibol nos gêneros masculino e feminino.

Parágrafo Terceiro: Portadores de Necessidades Especiais nos gêneros masculinos e femininos com modalidades individuais e coletivas.

Parágrafo Quarto: A modalidade de Tiro Com Arco será realizada sob forma de oficinas. Não haverá premiação.

TÍTULO V

CAPÍTULO I – DA COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES

Art. 12. Cada instituição de ensino participante será composta por até 482 (**quatrocentos e oitenta e dois**) participantes (alunos-atletas).

Art. 13. O técnico, o auxiliar, o médico e o fisioterapeuta serão distribuídos conforme tabela a seguir:

Função	Modalidade Coletiva por naipe	Modalidade Individual por naipe
Técnico	01	01
Auxiliar	01	01
Médico	01	01
Fisioterapeuta	01	01

Parágrafo Primeiro – Ao técnico e/ou auxiliar caberá:

a) Apresentar a original da sua carteira de identidade ou passaporte ou CNH com foto ou CTPS ou Carteira do Conselho Regional Profissional (CREF, OAB, CREFITO, CRM, CREA, entre ou tros) no local dos eventos momentos antes do início dos jogos, provas, apresentações ou combates dos Jogos Escolares de Palmas 2013.

b) Representar oficialmente todos os integrantes da sua equipe perante a Comissão Central Organizadora dos Jogos Escolares de Palmas 2013.

c) Supervisionar e responsabilizar-se pela conduta dos componentes de sua equipe, em todos os ambientes onde comparecerem durante os eventos.

d) Preservar, juntamente com sua equipe, os locais de competições, alimentação, transporte e demais ambientes onde comparecerem.

e) Responsabilizar-se pelas avarias causadas pelos integrantes de sua equipe nos bens patrimoniais de que se utilizarem (locais de competição, vestiários, refeitório, transportes e outros).

f) Cumprir e fazer cumprir por todos os integrantes de sua delegação, os dispositivos reguladores dos Jogos Escolares de Palmas 2013.

g) Proceder, dentro do prazo estipulado, a inscrição da equipe conforme **TÍTULO V – CAPÍTULO III**.

h) Responsabilizar-se, quando solicitado, pela comprovação das idades dos alunos-atletas pertencentes a sua equipe.

Parágrafo Segundo – Ao médico e/ou fisioterapeuta caberá:

a) Apresentar a carteira original do seu registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) ou Fisioterapia (CREFITO), no local dos eventos momentos antes do início dos jogos, provas, apresentações ou combates dos Jogos Escolares de Palmas 2013.

b) Atender sua equipe em todas as questões relacionadas à área de saúde e bem estar.

c) Quando presente nos jogos, provas, apresentações ou combates dos Jogos Escolares de Palmas 2013 atender em caso de necessidade se solicitado pela Comissão Central Organizadora.

Observação: Não será permitida a inscrição de profissional de outra área da saúde.

Parágrafo terceiro – Não serão aceitas fotocópias, documentos danificados, protocolos e outros tipos de documentos pela Comissão Central Organizadora.

Art. 14. Cada equipe poderá ser composta pelo quantitativo de alunos-atletas para as modalidades (individuais e coletivas), conforme tabela a seguir:

Ordem	Modalidades	Alunos/atletas masculino	Alunos/atletas feminino
1	Atletismo	20	20
2	Badminton	02	02
3	Basquetebol	10	10
4	Beach Soccer	10	10
5	Futebol 7 Society	14	14
6	Futsal	10	10
7	Ginástica Rítmica	-	12
8	Handebol	12	12
9	Jogos adaptados para alunos com deficiência	ILIMITADO	ILIMITADO
10	Judô	64	64
11	Karatê	10	10
12	Mini-Maratona	05	05
13	Natação	48	48
14	Tênis	06	06
15	Tênis de Mesa	04	04
16	Tiro Com Arco	05	05
17	Vôlei de Praia	02	02
18	Voleibol	10	10
19	Xadrez	03	03
	Sub-total	235	247
	Total		482

Parágrafo Primeiro – Ao técnico e/ou Auxiliar caberá:

a) Acompanhar sua equipe em todos os jogos, provas, apresentações ou combates programados, e também fora das áreas de competição.

b) Apresentar a documentação conforme **TÍTULO V, CAPÍTULO I, Artigo 13**, parágrafo primeiro, **item a**, ao setor de controle dos jogos, provas, apresentações ou combates dos Jogos Escolares de Palmas 2013.

Parágrafo Segundo – Ao aluno-atleta caberá:

a) Respeitar o regulamento, os seus técnicos e/ou auxiliares e as decisões por eles tomadas.

b) Apresentar a original da sua carteira de identidade (expedida por órgão estadual ou federal) ou passaporte ao setor de controle e credenciamento para participar dos jogos, provas, apresentações ou combates dos Jogos Escolares de Palmas 2013.

Parágrafo Terceiro – Não serão aceitas fotocópias, documentos danificados, protocolos e outros tipos de documentos pela Comissão Central Organizadora, para participar dos jogos, provas, apresentações ou combates dos Jogos Escolares de Palmas 2013.

- Art. 15.** A fiscalização do exercício irregular da profissão e a validade das carteiras profissionais caberão ao respectivo Conselho Profissional. O profissional que estiver atuando de forma irregular estará passível de punições conforme estabelece a legislação.
- Art. 16.** Nenhuma vaga destinada a uma função ou modalidade poderá ser transferida para outra função ou modalidade.
- Art. 17.** Os técnicos e/ou auxiliares da mesma instituição poderão exercer função de técnico, auxiliar técnico ou preparador físico em qualquer modalidade durante a competição, respeitando os limites previstos no regulamento específico de cada modalidade, desde que seja informado oficialmente a Comissão Central Organizadora e comprove.
- Art. 18.** Para qualquer alteração nos componentes técnicos e/ou auxiliares, médicos e/ou fisioterapeutas das instituições que precisem se desligar da equipe durante o evento, a direção da unidade escolar deverá comunicar por escrito a Comissão Central Organizadora.

CAPÍTULO II – DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

- Art. 19.** Terão direito à participação nos Jogos Escolares de Palmas 2013 as instituições de ensino que solicitarem a participação por meio de ofício, encaminhado a Comissão Central Organizadora.

Parágrafo Único: A Comissão Central Organizadora do evento disponibilizará no site <http://semed.palmas.to.gov.br> o Regulamento Geral e Fichas de Inscrição.

- Art. 20.** Nas modalidades coletivas estarão classificadas para participar da Etapa Inter-Regional dos JOGOS ESCOLARES DO TOCANTINS 2013, as instituições de ensino que se classificarem em 1º, 2º e 3º Lugares nas modalidades de Basquetebol, Futsal, Handebol e Voleibol.

Parágrafo Primeiro – Classificará para a ETAPA FINAL, o primeiro lugar da ETAPA INTER-REGIONAL.

Parágrafo Segundo – Em caso de desistência de participação da instituição de ensino campeã da seletiva municipal, a Comissão Central Organizadora poderá solicitar a substituição, respeitando a data limite da etapa Regional ou Estadual, mediante a entrega dos documentos abaixo relacionados:

- a) Termo de desistência da instituição de ensino classificada;
- b) Boletins Oficiais com a classificação final da seletiva municipal;
- c) Indicação da instituição de ensino substituta.

- Art. 21.** Nas modalidades individuais, estarão classificados para participar da etapa Inter-Regional:

- a) Nas Competições de Judô e Natação os alunos-atletas que se classificarem até o sexto lugar.
- b) Nas competições de Atletismo , Xadrez e Tênis de Mesa, os três primeiros colocados de cada prova ou competição.
- c) Na Ginástica Rítmica classificam-se as 10 primeiras colocadas no Concurso II.

- Art. 22.** Poderá participar dos Jogos Escolares de Palmas 2013 o aluno-atleta nascido em **1999, 2000 e 2001**, que tenha sido matriculado até o dia **31 de março de 2013** e esteja frequentando regularmente a instituição de ensino.

Parágrafo Primeiro – O aluno-atleta que, após **31 de março de 2013**, transferir-se de instituição de ensino estará impedido de participar .

Parágrafo Segundo - O aluno/atleta em todas as modalidades, só terá direito de participação na etapa Inter-Regional ou Estadual se houver participado da etapa Municipal.

- Art. 23.** Poderá participar dos Jogos Escolares de Palmas 2013, instituição de ensino da rede pública ou particular de ensino fundamental e médio do município de Palmas - TO e que emitam diplomas de conclusão dos respectivos cursos.

Parágrafo Único – O aluno-atleta que estiver matriculado e frequentando regularmente duas instituições de ensino diferentes, só poderá participar por uma instituição.

- Art. 24.** A instituição de ensino composta por duas ou mais unidades de ensino, somente poderá participar, por modalidade coletiva e gênero, com equipes formadas por alunos-atletas de uma mesma unidade de ensino.

Parágrafo Único – Considera-se instituição de ensino, o endereço da unidade onde o aluno-atleta está devidamente matriculado e cursando.

Art. 25. Caso 02 (duas) ou mais instituições de ensino estejam localizadas em um mesmo espaço físico (complexo escolar), o órgão gestor, deverá emitir documento reconhecendo o fato, enviando o mesmo junto com a inscrição da instituição de ensino no evento.

Art. 26. O documento que dará condição de participação, aos alunos-atletas é o que está determinado no **Artigo 14**, parágrafo segundo, **item b**, aos técnicos e/ou auxiliares é o que está determinado no **Artigo 13**, parágrafo primeiro, **item a** e aos médicos e/ou fisioterapeutas é o que está determinado no **Artigo 13**, parágrafo segundo, **item a** deste REGULAMENTO, devendo estar de porte obrigatório pelos mesmos.

Parágrafo Primeiro – Nenhum outro documento dará condições de participação para jogo, prova, apresentação, pesagem e combate, senão o expresso no caput deste artigo.

Parágrafo Segundo – Um representante da equipe de arbitragem procederá à conferência dos documentos em todas as participações dos atletas e membros das Comissões Técnicas nos Jogos Escolares de Palmas 2013.

Parágrafo Terceiro – Quando um representante da instituição de ensino for assumir a função de técnico ou auxiliar na competição, deverá apresentar-se à arbitragem junto com seu documento de autorização da direção da unidade escolar e a sua documentação pessoal conforme o que determina o Art. 13 deste Regulamento. A não apresentação deste documento impossibilita a sua permanência na área de jogo.

Parágrafo Quarto – Em caso de extravio do documento pessoal, a 2ª via deverá ser de responsabilidade do aluno/atleta, técnico e/ou auxiliar em tempo hábil para participação nos eventos dos Jogos Escolares de Palmas 2013.

Art. 27. Nenhum aluno-atleta ou equipe poderá competir sem a presença de um técnico ou dirigente responsável. Na ausência deste, os mesmos serão impedidos de participar da competição, sendo declarados perdedores por W x O.

Parágrafo Primeiro – Para as modalidades individuais, o técnico deverá se apresentar, quando convocado pela coordenação da modalidade.

Parágrafo Segundo – Para as modalidades coletivas, quando o técnico durante o jogo, por razões médicas se ausentar, ou for expulso, desqualificado ou excluído, deverá ser aplicada a regra da modalidade.

Art. 28. Nenhum componente das equipes poderá participar dos Jogos Escolares de Palmas 2013, sem que seu nome conste da relação nominal da modalidade, aprovada pelo Comissão Central Organizadora.

CAPÍTULO III – DOS PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO

Art. 29. Caberá a Instituição de Ensino a inscrição de suas equipes junto a Comissão Central Organizadora dos Jogos Escolares de Palmas 2013.

Parágrafo Único – A inscrição nos Jogos Escolares de Palmas 2013 só poderá ser aprovada quando a documentação apresentada estiver de acordo com as exigências deste Regulamento.

Art. 30. Para que uma instituição de ensino possa ser inscrita nos Jogos Escolares de Palmas 2013 deve seguir os seguintes procedimentos:

Data	Procedimentos	Forma
05 a 12 abril/13	Abertura das inscrições – Encaminhar Termo de Adesão e Cadastro da Instituição de Ensino	CCO (SEMED) e Site Oficial
12/04/13	Último prazo para Cadastrar a Instituição de Ensino	Site Oficial
12/04/13	Último prazo para Inscrever as Modalidades	Site Oficial
20/04/13	Último prazo para realizar a inscrição nominal das modalidades coletivas, confirmação de participação da Instituição de ensino, dos participantes e das provas de todas as modalidades individuais.	Site Oficial
13/04/13	Exame Médico Região Centro– ETI Vinicius de Moraes das 8 às 11 horas e das 14 às 17 horas.	O aluno atleta deverá comparecer munido com o seu Termo de Responsabilidade e Cessão de Direito ao exame
13/04/13	Exame Médico Região Norte– ETI Padre Josimo Tavares das 8 às 11 horas e das 14 às 17 horas.	

20/04/13	Exame Médico Região Sul – ETI Eurídice de Melo das 8 às 11 horas e das 14 às 17 horas.	médico.
20/04/13	Exame Médico Região Sul – Esc. Municipal Thiago Barbosa das 8 às 11 horas e das 14 às 17 horas.	
22 de Abril de 2013	<p>Último prazo para entregar os documentos abaixo relacionados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ficha de Inscrição das Modalidades Individuais e Coletivas (imprimir do site no ato da finalização do preenchimento) e entregar na Divisão de Educação Física Escolar • Termos de Responsabilidade e Cessão de Direitos de todos os participantes, com assinatura do médico. • Termos de Responsabilidade e Cessão de Direitos da Instituição inscrita. • Ficha de Indicação das Cores dos Uniformes. 	Entregar na CCO (SEMED)
24 de Abril/13	Prazo Final para entregar Ficha de Substituição de Participantes (se houver) com seus respectivos Termos de Cessão de Direitos, atestado médico e Responsabilidades.	Entregar na CCO (SEMED)

1. Termo de Adesão: Enviar para a Secretaria Municipal da Educação, localizado na AVENIDA THEOTÔNIO SEGURADO, ACSU CSE-10, CONJ.01, LT. 05. CEP: 77.020-002 Telefone: 3234-0215.

a) O Termo de Adesão deverá ser enviado na sua forma original, em 02 (duas) vias, devidamente assinado e rubricado em todas as páginas pelo Diretor da Unidade de Ensino.

b) Será considerada a data da entrega do documento, não sendo aceito documento enviado por fax.

c) O Termo de Adesão não poderá sofrer nenhum tipo de alteração no seu conteúdo.

2. Cadastramento da instituição de ensino e seus contatos:

a) Será efetuada no site oficial.

b) A Comissão Central Organizadora enviará senha de acesso somente as instituições de ensino que entregarem o Termo de Adesão.

c) Após a data limite, a área do site oficial estará bloqueada para acesso, sendo permitida a visualização do seu conteúdo, por meio de relatório.

3. Inscrição das modalidades e número de participantes:

a) Será efetuada no site oficial.

b) A instituição de ensino deverá informar as modalidades nas quais participará e o respectivo número de técnicos e/ou auxiliares, médicos e/ou fisioterapeutas e alunos-atletas. Estes números indicados estarão parametrizados, limitando o número de participantes permitidos para cadastramento no sistema.

c) Após esta data limite, não será permitido o aumento do número de modalidades e/ou participantes.

d) Após a data limite, esta área do site oficial estará bloqueada para acesso, sendo permitida a visualização do seu conteúdo, por meio de relatório.

4. Inscrição nominal e confirmação de participação das instituições de ensino, dos participantes e das provas/categorias das modalidades individuais:

a) Será efetuada no site oficial.

b) A instituição de ensino deverá inscrever nominalmente as equipes, comissão técnica e seus alunos-atletas em cada modalidade e gênero.

c) A instituição de ensino deverá nas modalidades individuais, inscrever nominalmente os seus representantes em cada uma das provas, combates e apresentações/categorias oferecidas.

d) Após a data limite, qualquer desistência de modalidade e gênero, deverá ser encaminhada à Comissão Disciplinar para as devidas providências.

e) Após a data limite, esta área do site oficial estará bloqueada para acesso, sendo permitida a visualização do seu conteúdo, por meio de relatório.

5. Congresso Técnico Geral:

a) Este será o prazo final para a entrega dos documentos solicitados no quadro indicado no caput deste artigo.

b) Para documentos apresentados incompletos, serão adotados os seguintes procedimentos:

I. Para falta da assinatura do participante, falta da assinatura do médico e falta do carimbo do médico com CRM serão permitidas a regularização destas pendências até o Congresso Técnico.

II. Para falta da assinatura do responsável legal (aluno-atleta), falta da assinatura do diretor ou responsável da escola e falta do carimbo da escola ou diretor da escola serão negadas as inscrições, impedindo a participação na competição, serão permitidas a regularização destas pendências até o Congresso Técnico.

III. A não entrega do Termo de Cessão de Direitos e Responsabilidades da instituição de ensino impedirá a participação de todos os alunos-atletas vinculada a ela.

6. Relatório da Etapa Interna (Interclasse) – Deverá ser entregue relatório, até a data do Congresso Técnico, devendo constar os resultados finais de todas as modalidades coletivas e individuais (todas as provas).

Art. 31. As substituições de comissões técnicas e alunos-atletas obedecerão aos seguintes critérios:

Parágrafo Primeiro – Toda e qualquer substituição de participante deverá ser solicitada por meio de formulário específico (Anexo I) assinado pelo diretor da instituição de ensino, acompanhado do Termo de Responsabilidade e Cessão de Direitos do participante e da instituição de ensino.

Parágrafo Segundo – Será permitida até 03 (três) substituições de alunos/atletas por modalidade e gênero, que poderão ser feitas conforme a seguir:

a) Modalidades Individuais – As substituições poderão ser feitas até o Congresso Técnico Geral. Nestes casos, os alunos-atletas substitutos entrarão nas mesmas provas em que se encontravam inscritos os alunos-atletas substituídos.

b) Modalidades Coletivas – As substituições poderão ser feitas até o Congresso Técnico Geral.

Parágrafo Terceiro – A comissão técnica poderá ser substituída a qualquer tempo durante a competição, sendo obrigatória a entrega de documento oficializando a substituição junto com os documentos descritos no TÍTULO V, CAPÍTULO I. Sem a entrega deste documento toda e qualquer substituição será negada.

Art. 32. As mudanças de provas, combates e apresentações/categorias dos alunos-atletas:

Parágrafo Primeiro – Para as modalidades de Atletismo, Badminton, Mini-maratona, Ginástica Rítmica, Judô, Karatê, Natação, Tênis, Tênis de Mesa, Tiro com Arco e Xadrez serão aceitas alterações nas provas, combates e apresentações/categorias entre os alunos-atletas inscritos durante o Congresso Técnico Geral, desde que existam alunos-atletas da mesma instituição de ensino inscritos nas provas, combates e apresentações/categorias desejadas. Para que estas alterações sejam efetuadas, deverá ser entregue formulário próprio (Anexo I) preenchido e assinado com as alterações pretendidas.

Parágrafo Segundo - Nas reuniões técnicas das modalidades somente poderão ser feitos cancelamentos de participação em provas, não sendo mais aceito nenhum tipo de mudança.

Art. 33. No Regulamento próprio de cada modalidade coletiva está especificado o número máximo de alunos-atletas inscritos. Cada equipe deverá apresentar-se para a partida obrigatoriamente com o número mínimo de jogadores de acordo com a modalidade.

Parágrafo Primeiro: Entende-se por número mínimo de jogadores:

Basquetebol: 05 atletas;

Futsal: 03 atletas;

Handebol: 05 atletas;

Voleibol: 06 atletas;

Beach Soccer: 04 atletas;

Vôlei de Praia: 02 atletas.

Futebol 7 Society: 07 atletas.

Parágrafo Segundo: A equipe que não comparecer com o número de atletas conforme o parágrafo primeiro do Art. 33. não estará apta a participar da partida, sendo considerada perdedora por W X O e estará eliminada da competição .

Parágrafo Terceiro: O aluno-atleta, técnico, auxiliar técnico ou representante legal que não apresentar a sua documentação original ao setor de controle dos jogos, provas, apresentações ou combates dos Jogos Escolares de Palmas 2013, não estará apto a participar. E, caso a equipe não se apresente com o número mínimo de alunos-atletas nas modalidades coletivas, a equipe será considerada incompleta e perdedora por W X O, sendo eliminada da competição.

Art. 34. Cada aluno-atleta poderá participar somente por **01 (uma) Instituição de Ensino**, em **01 (uma) modalidade coletiva e 01 (uma) modalidade individual**.

Parágrafo Primeiro – Exclusivamente nas modalidades **Futebol 7 Society, Karatê, Tênis e Tiro com Arco** todos os alunos-atletas estarão aptos a participarem da modalidade, porém, pela mesma instituição de ensino em que estiver regularmente matriculado, obedecendo ao art. 4º deste regulamento.

Parágrafo Segundo - Na modalidade atletismo o atleta poderá participar de 02 (duas) provas individuais mais o revezamento e ainda a mini-maratona.

Parágrafo Terceiro - Na modalidade natação o aluno-atleta poderá participar de 03 (três) provas individuais e dos revezamentos em todo o programa da competição.

Parágrafo Quatro – Nas modalidades de Atletismo e Natação, nas etapas INTER-REGIONAL e REGIONAL, a equipe do revezamento será composta pelos alunos-atletas que participarem das provas individuais.

Art. 35. Não será permitida, em hipótese alguma, após o Congresso Técnico Geral, a inclusão ou a substituição de alunos-atletas.

Art. 36. O aluno-atleta inscrito nos Jogos Escolares de Palmas 2013 terá direito às premiações e, também, estará sujeito às sanções disciplinares, mesmo que não tenha sido escalado para as competições.

Art. 37. Cada instituição de ensino só poderá inscrever uma equipe por modalidade.

CAPÍTULO IV – DO CONGRESSO TÉCNICO GERAL

Art. 38. O Congresso Técnico será realizado na Escola de Tempo Integral Padre Josimo Tavares em duas etapas, sendo no dia **23 de abril de 2013 as modalidades coletivas e no dia 24 de abril de 2013 as modalidades individuais**.

Parágrafo Primeiro – Das 8 às 9 horas será agendada a entrega da documentação pendente e a confirmação de participação. Segue relação de documentos a serem entregues:

- Ficha de Indicação das Cores dos Uniformes para os esportes coletivos.
- Ficha de Substituição de Participantes com seus respectivos Termos de Cessão de Direitos.
- Ficha de Alteração de Provas (se houver).
- Ofício de desistência de participação em determinada modalidade e gênero assinado pelo diretor da instituição de ensino.
- Relatório da Etapa Interna (Interclasse).

Parágrafo Segundo – Entre 9 e 12 horas dacontece a Sessão Solene e Técnica, onde serão tratados diversos assuntos relativos ao evento, tais como:

- Apresentação geral dos procedimentos das diversas áreas funcionais do evento (Ex: Cerimônias, Transporte, entre outras).
- Apresentação da composição dos grupos e/ou sistemas de disputas.
- Sorteio para a composição dos grupos e/ou sistemas de disputas.

- Outros assuntos de interesse geral da competição.

Parágrafo Terceiro – O Congresso Técnico será aberto à participação, podendo fazer uso da palavra somente os representantes das instituições de ensino presentes.

Art. 39. O Congresso Técnico será dirigido pela Direção Geral dos Jogos Escolares de Palmas 2013.

Parágrafo Primeiro - Cada instituição de ensino deverá enviar um representante credenciado pela Instituição para o Congresso Técnico.

Parágrafo Segundo - A instituição de ensino que não comparecer ao Congresso Técnico acatará automaticamente todas as decisões tomadas no Congresso.

CAPÍTULO V – DA CERIMÔNIA DE ABERTURA

Art. 40. O Local, Dia e Horário da cerimônia de abertura será informado no Congresso Técnico.

Parágrafo Primeiro – A participação na cerimônia de abertura é obrigatória para todas as instituições de ensino inscritas no evento. O não comparecimento implicará no encaminhamento de relatório à Comissão Disciplinar para as providências cabíveis.

Parágrafo Segundo – As instituições de ensino inscritas deverão comparecer à cerimônia, devidamente uniformizadas, com o número de 10 (dez) participantes.

Parágrafo Terceiro: Cada instituição de ensino receberá da SEMED, para o desfile do cerimonial de abertura, um banner padrão, que a identificará.

Parágrafo Quarto - O cerimonial de abertura obedecerá ao seguinte protocolo:

- 1 - Concentração das delegações (30 minutos antes do horário previsto para início);
- 2 - Composição da mesa com as autoridades;
- 3 – Entrada das delegações;
- 4 - Hasteamento da Bandeira Nacional, do Estado e do Município, ao som do Hino Nacional;
- 5 - Entrada do fogo Simbólico e acendimento da Pira Olímpica;
- 6 - Juramento do Atleta:
(Prometo competir dos Jogos Escolares de Palmas 2013, respeitando e cumprindo todas as regras que regem o regulamento, no verdadeiro espírito esportivo, para a glória do esporte e honra de nossas equipes. Juro);
- 7 - Discurso das autoridades;
- 8 - Declaração de abertura dos jogos pela maior autoridade presente;
- 9 - Confraternização dos atletas;
- 10 - Apresentações artísticas.

CAPÍTULO VI – DAS REUNIÕES TÉCNICAS

Art. 41. As reuniões técnicas das modalidades serão realizadas conforme calendário informado no Congresso Técnico. Nelas serão apresentadas os padrões de condução da competição, apresentação da programação da modalidade, apresentação de seriação, balizamento, pesagem, e outros assuntos correlatos às respectivas modalidades.

Parágrafo Único – As reuniões técnicas das modalidades, se necessárias, serão realizadas se paradamente por modalidade e delas somente poderão participar as Instituições de Ensino inscritas nas respectivas modalidades.

Art. 42. As reuniões técnicas das modalidades serão dirigidas pela Comissão Central Organizadora do evento e não terá poder para alterar nenhum artigo do presente regulamento.

CAPÍTULO VII – DO CALENDÁRIO OFICIAL

Art. 43. O calendário oficial será informado posteriormente.

CAPÍTULO VIII – DO SISTEMA DE COMPETIÇÃO

Art. 44. As competições das modalidades coletivas e das modalidades individuais nos Jogos Escolares de Palmas 2013 deverão ser realizadas se houver inscrição de 02 (duas) ou mais instituições de ensino.

Parágrafo Único – Caso nos Jogos Escolares de Palmas 2013, só se inscreva uma única instituição de ensino em determinada modalidade, a equipe poderá ser inscrita para representar o município na etapa Inter-Regional, Regional ou Nacional dos Jogos 2013.

SEÇÃO I – DAS MODALIDADES INDIVIDUAIS

Art. 45. O sistema de competição das modalidades individuais obedecerá ao estabelecido nos Regulamentos Específicos de cada modalidade.

Art. 46. As chaves para os jogos, provas (balizamento) e combates serão definidos pela Comissão Central Organizadora no Congresso Técnico Geral e/ou Reuniões Técnicas da modalidade.

SEÇÃO II – DAS MODALIDADES COLETIVAS

Art. 47. O sistema de competição das modalidades coletivas de Basquetebol, Handebol, Futsal e Voleibol, será organizado em grupos (de acordo com o número de participantes e a classificação final da edição 2012), com as equipes sendo distribuídas em Sistema de Serpentina.

Art. 48. O sistema de competição das modalidades coletivas de Futebol 7 Society, Beach Soccer e Vôlei de Praia será definido de acordo com o número de participantes.

Parágrafo Único - As chaves para os jogos serão definidas pela Comissão Central Organizadora no Congresso Técnico Geral e/ou Reuniões Técnicas da modalidade.

ITEM I – DAS FORMAS DE DISPUTAS

Art. 49. Serão adotadas as formas de disputas estabelecidas a seguir (de acordo com o número de participantes), sendo que a ordem das rodadas quando na formação de grupos será a seguinte:

Grupos	1ª Rodada	2ª Rodada	3ª Rodada	4ª Rodada	5ª Rodada
02 equipes	1 x 2	2 x 1	1x2*		
03 equipes	2 x 3	3 x 1	1 x 2		
04 equipes	1 x 4 / 2 x 3	3 x 1 / 4 x 2	1 x 2 / 3 x 4		
05 equipes	2 x 5 / 4 x 3	5 x 1 / 3 x 2	1 x 4 / 3 x 5	1 x 3 / 4 x 2	2 x 1 / 5 x 4
06 equipes	1 x 6 / 2 x 5 / 3 x 4	5 x 1 / 2 x 3 / 4 x 6	1 x 4 / 3 x 5 / 6 x 2	3 x 1 / 2 x 4 / 5 x 6	1 x 2 / 6 x 3 / 4 x 5

*o jogo somente será realizado caso seja necessário.

Parágrafo Primeiro – De acordo com o interesse do evento, a ordem dos jogos, acima estabelecida, poderá ser alterada pela Comissão Central Organizadora.

Parágrafo Segundo – Quando, após o Congresso Técnico Geral, houver desistência de participação nas modalidades coletivas, não haverá alteração de equipes. Neste caso se algum grupo ficar com 02 (duas) equipes, este obedecerá à forma de disputa descrita na tabela acima.

Parágrafo Terceiro - Só poderá haver competição de uma modalidade quando, no mínimo, 02 (duas) equipes se inscreverem. Não haverá premiação quando apenas 01 (uma) equipe estiver inscrita e nem serão computados os pontos para efeito de classificação geral.

Parágrafo Quarto - Caso sejam inscritas somente duas equipes por modalidade, as mesmas farão dois jogos entre si. E, se houver uma vitória por parte de cada uma, será adotado o critério de desempate da modalidade. Na modalidade VOLEIBOL haverá somente um jogo de 05 (cinco) sets.

ITEM II – DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO

Art. 50. O sistema de pontuação nos grupos para cada modalidade será o estabelecido nos respectivos Regulamentos Específicos.

Art. 51. Em caso de empate na pontuação entre equipes do mesmo grupo serão utilizados os critérios estabelecidos nos Regulamentos Específicos de cada modalidade.

ITEM III – DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS

Art. 52. Serão utilizados os critérios técnicos estabelecidos nos Regulamentos Específicos de cada modalidade.

ITEM IV – DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

Art. 53. A contagem de pontos para Classificação Geral das modalidades coletivas e individuais será a seguinte:

1° Lugar - 13 pontos por modalidade

2° Lugar - 08 pontos por modalidade

3° Lugar - 05 pontos por modalidade

4° Lugar - 03 pontos por modalidade

A partir do 5° Lugar, 01 ponto por modalidade.

Parágrafo Primeiro – Se houver empate na contagem de pontos, o desempate será feito computando-se o maior número de primeiros lugares.

Parágrafo Segundo – A instituição de ensino que obtiver W x O não pontuará na modalidade e gênero que se deu o W x O.

Art. 54. Quando houver empate entre 02 (duas) ou mais equipes, em quaisquer das colocações, serão observados os critérios para o desempate, conforme Regulamento Específico de cada modalidade.

Parágrafo Único - Todos os critérios citados estão de acordo com os Regulamentos adotados nas Confederações Brasileiras dos Desportos envolvidos nos Jogos Escolares de Palmas 2013.

SEÇÃO III – DOS JOGOS, PROVAS, COMBATES E APRESENTAÇÕES

Art. 55. Os Jogos Escolares de Palmas 2013 tem um Regulamento Específico de disputa para cada modalidade esportiva e a elas serão aplicadas as regras adotadas pelas Confederações Brasileiras da modalidade, em tudo que não contrarie este Regulamento.

Art. 56. As competições dos Jogos Escolares de Palmas 2013 serão realizadas nos locais e horários de terminados pela Comissão Central Organizadora, sendo considerado perdedor por ausência (W x O), o aluno-atleta e/ou equipe que não estiver pronto no local do jogo ou prova, no máximo até 15 (quinze) minutos após o horário estabelecido para o seu início. **A tolerância será permitida apenas para o primeiro jogo da rodada.**

Parágrafo Primeiro – Os casos de (W x O) serão encaminhados para a Comissão Disciplinar Especial para as providências de acordo com o Regulamento Geral e o CNOJDD.

Parágrafo Segundo - Se por quaisquer motivos o aluno-atleta e/ou equipe se recusar a reiniciar uma partida após interrupção da mesma, será considerado perdedor por (W x O). O aluno-atleta e/ou equipe que não estiver pronto no local do jogo ou prova, no máximo até 5 (cinco) minutos após o horário estabelecido para o seu reinício.

Art. 57. Em caso de W x O, para efeito de placar, será conferido o seguinte resultado à equipe vencedora:

I. Badminton	- Melhor de 01 set – 01x00 (21x00) - Melhor de 03 sets – 02x00 (21x00 / 21x00)
II. Basquetebol	- 20 X 00.
II. Futsal	- 01 X 00.
III. Handebol	- 01 X 00.
IV. Tênis de Mesa	- Melhor de 03 sets – 02x00 (11x00 / 11x00) - Melhor de 05 sets – 03x00 (11x00 / 11x00 / 11x00)
V. Voleibol	- Fase Classificatória e Semifinal – 02 X 00 (25x00 / 25x00). - Fase Final – 03x00 (25x00 / 25x00 / 25x00)
VI. Vôlei de Praia	- Fase Classificatória e Semifinal– 01 X 00 (18x00) - Fase Final – 02 X 00 (18x00 / 18x00)
VII. Beach Soccer	- 01 X 00.
VIII. Futebol 7 Society	- 01 X 00

Art. 58. Nas modalidades coletivas, caso uma equipe não utilize todos os seus alunos-atletas credenciados (conforme descrito no Regulamento Específico de cada modalidade) para efeito de placar, serão aplicados os seguintes procedimentos:

I - Em caso de vitória, o resultado será invertido em favor da equipe adversária, aplicando-se quantos pontos forem necessários para que a outra equipe seja considerada vencedora.

Exemplos de Inversão:

Modalidade	Resultado do Jogo	Resultado Invertido
Basquetebol	Equipe A 50 x 32 Equipe B	Equipe A 50 x 51 Equipe B
Futsal	Equipe A 10 x 02 Equipe B	Equipe A 10 x 11 Equipe B
Handebol	Equipe A 27 x 22 Equipe B	Equipe A 27 x 28 Equipe B
Voleibol (jogos sem set decisivo)	Equipe A 02 x 00 Equipe B 25 x 15 25 x 20	Equipe A 00 x 02 Equipe B 25 x 27 25 x 27
Voleibol (jogos com set decisivo)	Equipe A 02 x 01 Equipe B 25 x 15 25 x 27 15 x 13	Equipe A 01 x 02 Equipe B 25 x 15 25 x 27 15 x 17

II – Em caso de derrota, manter-se-á o resultado.

III – Em ambos os casos será encaminhado relatório a Comissão Disciplinar.

IV - Excetua-se a essa situação quando o aluno-atleta estiver com atestado médico e/ou cumprindo suspensão aplicada no próprio evento.

Art. 59. Toda equipe ou atleta participante deverá estar no local de competição antes do horário previsto, em condições de jogo e uniformizada, quando será requisitada a documentação prevista no **Artigo 13** e no **Artigo 14** deste Regulamento. O professor responsável deverá se identificar juntamente com seus alunos-atletas perante a equipe de arbitragem munida do seu Documento de Identificação original e dos de seus atletas.

Parágrafo Primeiro – Não poderão ser alegados como justificativa de atraso problema ocasionado por mau tempo, dificuldade de trânsito ou localização da competição.

Parágrafo Segundo – Todo aluno/equipe participante deverá estar no local de competição 20 (vinte) minutos antes do horário previsto, em condições de participação, pois, de acordo com a necessidade superior da competição, o início da prova/jogo poderá ser antecipado.

Parágrafo Terceiro - Em caso de haver W x O, os jogos subsequentes se cumprirão no devido horário havendo tolerância apenas para o primeiro jogo da rodada.

Parágrafo Quarto – Serão computados os pontos e placar do jogo em favor da outra equipe conforme previsto no artigo 59 deste Regulamento e o Regulamento Específico da modalidade.

Parágrafo Quinto - Se ambas as equipes não estiverem aptas para jogar no momento determinado, será considerado W x O duplo.

Parágrafo Sexto – Os casos de W x O serão encaminhados para a Comissão Disciplinar Especial para as providências de acordo com Regulamento e o CNOJDD.

Art. 60. Qualquer competição que venha a ser suspensa ou transferida por motivo de força maior será realizada conforme determinar a Comissão Central Organizadora, desde que nada mais impeça a sua realização, obedecendo às regras oficiais de cada modalidade esportiva.

Parágrafo Único – Nestes casos, a critério da Comissão Central Organizadora e em condição excepcional, uma ou mais equipes poderão realizar até dois jogos num mesmo dia.

Art. 61. As competições poderão ser precedidas de protocolo de competição.

Art. 62. Só será permitida a presença dentro das arenas de competições e durante a realização das mesmas (conforme regulamento específico das modalidades), os atletas uniformizados e comissão técnica (professor técnico e/ou auxiliar, médico e/ou fisioterapeuta), desde que todos estejam obrigatoriamente identificados com seu documento oficial junto à equipe de arbitragem, cujos nomes deverão constar na relação dos inscritos, e os mesmos deverão ter vínculo com a escola (funcionários). Nos esportes de Luta, Tênis, Tênis de Mesa, Tiro com Arco, Xadrez e Ginástica Rítmica será permitido o acompanhamento do profissional responsável pelo treinamento do aluno fora da unidade escolar, desde que esteja relacionado na ficha de inscrição.

Art. 63. Serão concedidos os seguintes prêmios aos participantes:

- a) Para as modalidades coletivas – Troféus e medalhas para as equipes classificadas em 1º, 2º e 3º lugares em cada gênero.
- b) Para as modalidades individuais – Medalhas de 1º, 2º e 3º lugares para cada prova, combate e apresentação disputada e, Troféus para 1º, 2º e 3º colocados na soma dos pontos de classificação por modalidade.
- c) Kit de material esportivo por modalidade para 1º, 2º e 3º colocados e Troféu de Campeão Geral.

Parágrafo Único – A cerimônia de premiação será organizada de acordo com a programação estabelecida pela Comissão Central Organizadora.

CAPÍTULO X – DA ARBITRAGEM

Art. 64 – Os componentes da equipe de arbitragem dos Jogos Escolares de Palmas 2013 serão indicados quando possível, pelas Federações das modalidades e indicações da Comissão Central Organizadora.

Parágrafo Único – A quantidade de árbitros por modalidade será definida pela Comissão Central Organizadora, conforme a necessidade do evento.

Art. 65. As funções dos componentes da equipe de arbitragem começarão no momento da chegada ao local do evento dos Jogos Escolares de Palmas 2013 e terminarão no dia seguinte após o encerramento da modalidade que participaram.

Art. 66. No caso de não comparecimento de qualquer membro da equipe de arbitragem até 30 (trinta) minutos antes do horário fixado para o início da competição, a Comissão Central Organizadora providenciará a imediata substituição do mesmo.

CAPÍTULO XI – DOS UNIFORMES

Art. 67. Cada equipe deverá se apresentar nos locais de competição, devidamente uniformizada, conforme especificações dos regulamentos gerais e específicos, e as regras de cada modalidade esportiva.

Art. 68. Cada Instituição de Ensino será responsável pela confecção e manutenção dos uniformes das equipes e/ou representantes, e deverá levar para os locais de competições 02 (dois) uniformes de cores diferentes.

Parágrafo Primeiro – No Congresso Técnico Geral, o representante da Instituição de Ensino de verá entregar a **Ficha de Indicação das Cores dos Uniformes (Anexo I)** informando as cores dos uniformes das equipes nas modalidades coletivas.

Parágrafo Segundo – Para as modalidades coletivas ficará a critério da Comissão Central Organizadora a definição da cor do uniforme de jogo das equipes em todos os jogos programados e será divulgado em Boletim Oficial.

Parágrafo Terceiro – Caso após divulgação em Boletim Oficial haja alteração nas cores dos uniformes da equipe, a Instituição de Ensino deverá informar a Comissão Central Organizadora antes do início das disputas, por meio de formulário próprio (Anexo I). Esta alteração somente será aceita, caso não conflite com os uniformes das equipes adversárias, já divulgado em Boletim Oficial.

Parágrafo Quarto – Excepcionalmente, para as modalidades de Futsal e Handebol, havendo coincidência de cores da camisa do goleiro com quaisquer outros jogadores, a Comissão Central Organizadora fornecerá um colete de cor contrastante.

Parágrafo Quinto – Todos os membros da Comissão Técnica deverão estar vestidos, com bermuda ou calça, camisa com manga e tênis ou sapato.

Parágrafo Sexto – Não serão permitidas improvisações nos uniformes, tais como: informações fixadas com fitas colantes, esparadrapos ou similares, presos com alfinete e/ou cliques.

Art. 69. Nos uniformes é permitida a inserção de logomarca de patrocínio, desde que não faça alusão à propaganda de conteúdo político e filosófico, bebidas alcoólicas, cigarros e produtos que induzam ao vício.

Art. 70. Os uniformes dos alunos-atletas deverão obedecer às regras oficiais de cada modalidade.

Parágrafo Único - Em caso de uniformes semelhantes, a equipe da esquerda da tabela deverá trocar o seu uniforme em 15 (quinze) minutos. Caso não haja a troca no tempo determinado a equipe será considerada perdedora por W x O.

CAPÍTULO XII – DOS BOLETINS

Art. 71. Os comunicados oficiais dos Jogos Escolares de Palmas 2013, serão publicados através de boletins informativos do evento, que deverão ser retirados na Secretaria Municipal da Educação pelas pessoas responsáveis pelas instituições de ensino.

Parágrafo Único – Os boletins, gerais e específicos das modalidades, serão numerados e datados, e as informações neles contidas poderão ser alteradas dia-a-dia, ficando assim, válidas as informações dos boletins mais atualizados.

TÍTULO VI

CAPÍTULO I – DO ATENDIMENTO MÉDICO

Art. 72. A Comissão Central Organizadora dos Jogos Escolares de Palmas 2013 será responsável pela informação aos Órgãos de Saúde da realização da competição, para que os mesmos possam prestar atendimento aos participantes do evento.

Parágrafo Único – Em caso de contusão no jogo, o aluno-atleta lesionado deverá ser avaliado primeira mente por sua comissão técnica, e em caso de gravidade encaminhar aos órgãos de saúde. A Comissão Central Organizadora deverá solicitar o serviço móvel de saúde para atender os casos mais graves.

Art. 73. A Comissão Central Organizadora não se responsabilizará pela continuidade do tratamento médico de acidentes de qualquer natureza, ocorridos com os participantes antes, durante e após as competições dos Jogos Escolares de Palmas 2013.

Art. 74. O material médico disponibilizado nos locais de competição dos Jogos Escolares de Palmas 2013 é de uso exclusivo para atendimento de lesões ocorridas durante os jogos, provas ou combates.

TÍTULO VII

CAPÍTULO I – DA COMISSÃO DISCIPLINAR ESPECIAL

Art. 75. A Comissão Disciplinar Especial será nomeada pela Secretaria Municipal da Educação de Palmas e será responsável pela organização da justiça desportiva dentro do evento. Responsabilizar-se-á pela abertura dos processos, julgamento dos pedidos e das infrações, bem como da aplicação das respectivas sanções. Será responsável por encaminhar somente suas decisões para a publicação dos Boletins Gerais do evento.

Parágrafo Primeiro – A Comissão Disciplinar Especial será convocada pelo seu Presidente e deverá reunir-se a qualquer hora, sempre que necessário.

Parágrafo Segundo – A Comissão Disciplinar Especial seguirá as disposições contidas neste regulamento, no Código Nacional de Organização da Justiça e Disciplina Desportiva (CNOJDD) e na legislação desportiva em vigor.

Art. 76. Nos Jogos Escolares de Palmas 2013, as pessoas físicas ou jurídicas (federações, instituições de ensino, componentes das comissões técnicas, alunos-atletas, árbitro, diretores e outros) que infringirem este Regulamento ou decisões da Comissão Central Organizadora ou cometerem atitudes antidesportivas, grosseiras e/ou faltas disciplinares no transcurso das competições ou

dentro da jurisdição da sede dos jogos, estarão sujeitos às sanções previstas neste Regulamento e no CNOJDD.

Parágrafo Único – As sanções disciplinares aplicadas aos participantes dos Jogos Escolares de Palmas 2013, deverão ser cumpridas dentro do período estabelecido pela Comissão Disciplinar, mesmo que as sanções se estenda as demais ETAPAS classificatórias e para a ETAPA NACIONAL.

Art. 77. Todos os participantes dos Jogos Escolares de Palmas 2013 poderão sofrer as seguintes sanções disciplinares:

- a) Advertência escrita;
- b) Censura escrita;
- c) Suspensão;
- d) Exclusão.

Art. 78. As sanções disciplinares entrarão automaticamente em vigor a partir das decisões da Comissão Disciplinar Especial, devendo ser imediatamente comunicadas aos diretores de escolas e publicadas no Boletim Oficial dos Jogos Escolares de Palmas 2013 para ciência e cumprimento.

Parágrafo Primeiro - É dever dos técnicos, dirigentes e atletas zelarem por uma justa concepção do "FAIR PLAY":

- **Respeito às regras nos jogos;**
- **Em relação ao árbitro disciplina absoluta;**
- **Serenidade na vitória e na derrota.**

Parágrafo Segundo – A Instituição de Ensino é responsável por seus atletas nos locais de competição, devendo, portanto, designar professores ou servidores da escola para acompanhamento dos mesmos, seja em competições individuais ou coletivas.

Parágrafo Terceiro – A instituição de ensino poderá determinar que estagiário ou "Amigo da Escola", seja responsável por suas equipes e/ou atletas, mediante documentação expedida pela direção apresentada no ato da inscrição e seja maior de 18 anos.

Art. 79. As suspensões automáticas estão descritas no regulamento específico de cada modalidade.

Art. 80. Qualquer forma de recurso deverá obedecer aos procedimentos estabelecidos no CNOJDD.

Parágrafo Único – O CNOJDD está disponível no site: www.esporte.gov.br para todos os participantes.

Art. 81. Será encaminhado relatório à Comissão Disciplinar Especial para análise e pronunciamento, no caso do aluno-atleta, equipe ou Instituição de Ensino que, sem prévia autorização da Comissão Central Organizadora, retirar-se do jogo ou prova, competição ou evento antes do término de sua participação.

Parágrafo Único – Em caso de sanção disciplinar aplicada pela Comissão Disciplinar Especial, a Comissão Central Organizadora analisará as sanções administrativas cabíveis, podendo ser:

- Proibição de participação nos eventos organizados pela SEMED.

Art. 82. Qualquer inscrição realizada de forma irregular será encaminhada à Comissão Disciplinar Especial para as devidas providências.

CAPÍTULO II – DOS PROTESTOS

Art. 83. Todo protesto deverá ser apresentado na Direção Geral onde será protocolado, para as providências cabíveis.

Parágrafo Primeiro – Caberá exclusivamente ao reclamante o ônus da prova.

Parágrafo Segundo – Qualquer forma de protesto deverá obedecer aos prazos e procedimentos estabelecidos no CNOJDD.

Parágrafo Terceiro – O protesto relativo a assuntos de atletismo deverá ser feito de acordo com a regra internacional da IAAF, exceto o **Artigo 146** da mesma.

Parágrafo Quarto – Transcorrido os prazos estabelecidos, o reclamante perderá o direito ao protesto.

Parágrafo Quinto - As equipes participantes que se acharem prejudicadas por qualquer eventualidade terão um prazo de 12 (doze) horas para recorrer junto à Comissão Disciplinar Especial após a realização da partida.

Parágrafo Sexto - Somente serão protocolados recursos que estiverem acompanhados de provas.

Art. 84. O ressarcimento pelos danos causados será de responsabilidade da Instituição de Ensino do infrator e deverá ser quitado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após apresentação do orçamento pelo requerente, sob pena de sua exclusão da modalidade na presente e/ou futuras competições organizadas pelo SEMED.

TÍTULO VIII

CAPÍTULO I - DA CESSÃO DE DIREITOS

Art. 85. A Comissão Central Organizadora cede e transfere em caráter universal, gratuito, irrevogável, irretroatável e exclusivo, a SEMED e/ou terceiros por este devidamente autorizado, todos os direitos de transmissão dos sons e/ou imagens das seletivas municipais para os Jogos Escolares de Palmas 2013. A cessão em caráter de exclusividade prevista supra, compreende as competições propriamente ditas bem como todos os eventos a elas diretamente relaciona dos, incluindo, mas não se limitando, às cerimônias de abertura e encerramento e entregas de medalhas, as quais serão transmitidas a exclusivo critério do parceiro de mídia da PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS – TO e Imprensa Local, no todo, em extratos, trechos ou partes, ao vivo ou não, por meio:

I. de rádio.

II. de televisão de qualquer espécie (televisão aberta ou televisão fechada, inclusive pay-per-view III. de mídia impressa.

IV. da fixação e comercialização ao público em qualquer tipo de suporte material, incluindo DVD (digital vídeo disc).

V. da Internet ou qualquer rede pública ou privada de computadores.

VI. de telefonia fixa ou móvel.

Art. 86. Todos os integrantes das instituições de ensino, assim como quaisquer outros participantes dos Jogos Escolares de Palmas 2013 devidamente representados por quem de direito, por meio de adesão ao presente Regulamento, que se comprova por meio do preenchimento do Termo de Cessão de Direitos e Responsabilidades e da efetiva participação nos Jogos Escolares de Palmas 2013, autorizam, em caráter universal, gratuito, irrevogável, irretroatável e exclusivo, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS, ou terceiros por estes devidamente autorizados, a título universal e de forma irrevogável e irretroatável, no Brasil e/ou no exterior, o direito de usar o nome, voz, imagem, material biográfico, declarações, gravações, entrevistas e endossos dados pelo participante citado ou a ele atribuíveis, bem como de usar sons e/ou imagens do evento, seja durante as competições, seja durante os aquecimentos, os treinamentos, o transporte em qualquer suporte existente ou que venha a ser criado, a serem captados pela TV para transmissão, exibição e reexibição, no todo, em extratos, trechos ou partes, ao vivo ou não, sem limitação de tempo ou de número de vezes, por meio:

I. de rádio.

II. de televisão de qualquer espécie (televisão aberta ou televisão por assinatura, por meio de todas as formas de transporte de sinal existentes, exemplificativamente, UHF, VHF, cabo, MMDS e satélite, bem como independentemente da modalidade da comercialização empregada, incluindo pay-per-view, no Brasil ou no exterior).

III. de circuito cinematográfico.

IV. de mídia impressa, tais como, mas não limitados a livros, revistas, jornais, etc..

V. da fixação em qualquer tipo de suporte material, tais como películas cinematográficas de qualquer bitola, CD (compact disc), CD ROM, CD-I (compact disc interativo), home vídeo, DAT (digital áudio tape), DVD (digital vídeo disc) e suportes de comunicação gráfica em geral.

VI. da armazenagem em banco de dados.

Parágrafo Primeiro – A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS, nos mesmos termos dispostos acima, fica expressamente autorizada a utilizar as marcas, insígnias e emblemas de todas as equipes participantes dos Jogos Escolares de Palmas 2013 para efeitos de divulgação do próprio evento, em situação jornalística ou promocional, não se aplicando ao uso comercial.

Parágrafo Segundo – Fica desde já assegurado que o exercício, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS e pelos terceiros por ele autorizados, de qualquer dos direitos ora cedidos, dar-se-á de maneira a valorizar o esporte, os alunos-atletas e o evento.

TÍTULO IX

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES

- Art. 87.** A instituição participante dos Jogos Escolares de Palmas 2013 será responsabilizada por qualquer avaria causada por componentes de suas equipes (alunos-atletas, professores-técnicos, auxiliares ou dirigentes) ocorridos nos locais de competição, transporte e demais instalações ou serviços oferecidos, mediante manifestos comprovados por meios de relatórios, gravações, imagens e outras evidências, ficando o ônus a cargo da instituição causadora da avaria, conforme prevê o **Artigo 84**.
- Art. 88.** Os participantes dos Jogos Escolares de Palmas 2013 deverão ser conhecedores deste Regulamento, dos Termos de Cessão de Direitos e Responsabilidades, das Regras Oficiais das modalidades esportivas e do Código Nacional de Organização da Justiça e Disciplina Desportiva – CNOJDD, ficando sujeitos a todas as suas disposições, e às penalidades que dele possam emanar.
- Art. 89.** Quaisquer consultas atinentes os Jogos Escolares de Palmas 2013, sobre matéria não constante neste Regulamento, deverão ser formuladas pelo representante da Direção Geral, que após o devido exame, apresentará sua solução por meio de documento oficial.
- Art. 90.** Compete a Comissão Central Organizadora, interpretar, zelar pela execução e resolver os casos omissos deste Regulamento.

Berenice de Fátima Barbosa Castro Freitas

Secretária Municipal da Educação